

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.103 - RS (2019/0245918-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : PAULO RICARDO DA ROSA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

PAULO RICARDO DA ROSA SANTOS alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação n. 0330187-78.2018.8.21.7000.

O réu foi condenado a 3 anos e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, mais 10 dias-multa, por incursão no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003. A impetrante sustenta que ele preenche os requisitos para a fixação do regime aberto (fls. 3-9).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 334-338).

Decido.

Esta Corte tem decidido que o modo inicial de cumprimento da pena não está vinculado, de forma absoluta, ao *quantum* de reprimenda imposto.

É dizer, para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as **diretrizes dos arts. 33 e 59**, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva que, se demonstrarem a gravidade concreta do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo *quantum* da pena (**HC n. 279.272/SP**, Rel. Ministro **Moura Ribeiro**, 5ª T., DJe 25/11/2013; **HC n. 265.367/SP**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 5ª T., DJe 19/11/2013; **HC n. 213.290/SP**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe

Superior Tribunal de Justiça

4/11/2013; **HC n. 148.130/MS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 3/9/2012).

O art. 33, § 3º, do Código Penal estabelece que "a determinação do regime inicial de cumprimento de pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código".

Portanto, as mesmas circunstâncias judiciais aferidas pelo magistrado para fixação da pena-base na primeira fase da dosimetria deverão ser sopesadas na imposição do regime inicial de cumprimento de pena.

No caso dos autos, à luz do art. 33, § 3º, do CP, diante de circunstância judicial desfavorável (**circunstâncias do crime – fls. 220 e 315**), não há ilegalidade na aplicação do regime semiaberto.

A propósito:

[...]

1. Na espécie, está correta a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento da sanção aplicada, pois, embora a pena imposta ao agravante seja inferior a 4 (quatro) anos de reclusão, a análise desfavorável das circunstâncias judiciais impede a alteração do regime inicial para o aberto, tendo em vista o disposto no art. 33, § 3º, do Código Penal. Precedentes.

[...]

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(**AgRg no HC n. 467.329/SP**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 29/4/2019)

[...]

1. A teor da jurisprudência reiterada deste Sodalício, a escolha do regime inicial não está atrelada, de modo absoluto, ao *quantum* da pena corporal firmada, devendo-se considerar as demais circunstâncias do caso.

2. Na espécie, conquanto a reprimenda não ultrapasse a 4 anos de reclusão, a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis (culpabilidade e maus antecedentes) justifica a manutenção do regime semiaberto.

3. Agravo regimental desprovido.

(**AgRg no HC n. 489.215/SP**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 6/6/2019)

À vista do exposto, **denego o habeas corpus**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímese.

Brasília (DF), 29 de agosto de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

